

Edição 233
Julho de 2025
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe



CARTÃO VERMELHO: INDICATIVO DE GREVE

Em assembleia pública em frente à prefeitura, professores aumentam pressão sobre o prefeito pela aplicação do reajuste salarial

Números apontam caos nas escolas municipais

Página 3

Sinprosm lança aplicativo para se aproximar mais dos sindicalizados

Contracapa

EDITORIAL

UNIDOS PELA VALORIZAÇÃO: NOSSA LUTA, NOSSA FORÇA

Os últimos meses têm sido marcados por uma crescente mobilização da categoria. As assembleias cheias, a paralisação histórica do dia 13 de junho e o indicativo de greve aprovado para agosto mostram o que já sabíamos: quando os professores e professoras da Rede Municipal de Santa Maria se unem, são capazes de movimentar a cidade e exigir respeito.

Não se trata apenas de uma luta por salário, embora o reajuste previsto em lei, ignorado pela Prefeitura desde janeiro, seja um dos eixos centrais da mobilização. Estamos falando de algo muito maior: da precarização do trabalho docente, da sobrecarga nas escolas, da ausência de estagiários e monitores, da falta de condições estruturais mínimas para o ensino, e da ameaça aos nossos direitos previdenciários conquistados com décadas de luta.

A cada nova pesquisa feita pelo Sinprosm, o cenário fica mais claro: faltam professores regentes, faltam profissionais para garantir a hora-atividade, faltam estagiários, faltam monitores, faltam políticas públicas de valorização e respeito à educação pública. Enquanto isso, dezenas de professores da rede são cedidos a escolas conveniadas, sem reposição de pessoal nas escolas, ampliando o déficit.

A gestão municipal, desde a paralisação de junho, sequer abriu qualquer mesa de negociação. Ignora não só o sindicato, mas toda

a comunidade escolar. Aposta no cansaço da categoria, na desinformação e na fragmentação das nossas vozes. Mas erra. A cada assembleia, a cada plenária regionalizada, a cada conversa nas escolas, somos mais fortes e mais conscientes de que só a união pode virar esse jogo.

A gestão municipal, desde a paralisação de junho, sequer abriu qualquer mesa de negociação. Ignora não só o sindicato, mas toda a comunidade escolar. Aposta no cansaço da categoria, na desinformação e na fragmentação das nossas vozes.

A categoria segue em estado de greve. O indicativo de greve aprovado para o retorno do recesso, em 4 de agosto, está mantido. Seguimos firmes debatendo com a base, ampliando o diálogo com as famílias e cobrando das autoridades o que é direito, não favor. A responsabilidade pelo possível não retorno das aulas no segundo semestre não é da categoria, é de quem se

recusa a negociar.

Buscamos o reconhecimento profissional, a valorização da carreira, a defesa da nossa aposentadoria e o direito de ensinar em escolas dignas e seguras. Tudo isso tem a ver com o presente, mas também com o futuro. Porque, para cuidar da cidade, é preciso cuidar da educação. E para cuidar da educação, é preciso respeitar quem a faz.

É hora de seguir firmes, confiantes na força do coletivo. Porque, sim, só a luta muda a vida. E a nossa, como educadores e educadoras, é também a luta por um futuro mais justo, digno e com escolas onde se possa ensinar e aprender com qualidade.



METAS DO PNE SÓ SERÃO CUMPRIDAS COM FOCO NA INCLUSÃO E EQUIDADE

Apesar dos avanços registrados nos últimos anos, o Brasil ainda está distante de cumprir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente quando se trata da garantia do direito à educação para crianças pequenas e adolescentes.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) alerta para a necessidade de reverter esse quadro. Para a secretária de Assuntos Educacionais da entidade, Guelda Andrade, é preciso enfrentar desigualdades históricas e investir em soluções que contemplem os grupos mais vulneráveis.

“Nós não conseguimos atingir ainda a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação porque, no plano anterior, conseguimos avançar na garantia do acesso, mas não houve políticas estratégicas para os grupos mais vulneráveis - a população quilombola, indígena, as pessoas pretas, as crianças mais pobres”, afirma Guelda.

Na visão dela, o caminho do novo PNE será desafiador. “Acho que esse novo Plano traz políticas estratégicas para garantir esse acesso. Agora, vai demandar fontes de financiamento para garantir a exequibilidade do plano, e, de fato, quando a gente conseguir aprovar tudo aquilo que está posto. E aí a gente não pode perder de vista a configuração do Congresso Nacional. Isso demanda muita mobilização dos profissionais da educação e da sociedade civil como um todo para que a gente consiga garantir o plano e sua execução”.

A preocupação também recai sobre o acesso à creche, um dos pontos mais críticos da educação básica brasileira. Atualmente, menos de 40% das crianças de até 3 anos estão matriculadas.

“O desafio maior é garantir mais investimento, de fato, porque não tem espaço. As crianças de 0 a 3 precisam de educação em tempo integral e precisam permanecer. Então, nós precisamos de mais estruturas físicas adequadas para garantir a permanência dessas crianças”, pontua Guelda.

A exclusão é ainda mais evidente em áreas rurais e para famílias em situação de vulnerabilidade. “Esse grupo mais vulnerável está de fora. Nós precisamos pensar na estrutura de creche para as crianças que estão no campo. E isso demanda muito mais financiamento, porque a gente precisa de estrutura, cadeirinhas dentro do ônibus, cuidadoras de criança dentro do ônibus”.

O desafio só será superado com compromisso concreto: “Precisa ter uma política de investimento, avançar para os 10% do PIB, pensar em outras fontes de financiamento para que a gente garanta esse acesso na sua totalidade e atinja a meta do PNA. Ou seja, se não houver investimento e vontade política, nós não vamos atingir e não vamos chegar”.

CHARGE DO ELIAS



A CULPA É DE QUEM?

SÃO AS PARALISAÇÕES E MANIFESTAÇÕES QUE AFETAM O ENSINO MUNICIPAL?

Pesquisa realizada pelo Sinprosm aponta falta de mais de três centenas de profissionais e estagiários nas escolas do município



Quem realmente está prejudicando os estudantes da Rede Municipal?

Sinprosm!

Em todas as paralisações de professores da Rede Municipal de Ensino, é comum ver manchetes e comentários destacando a “quantidade de alunos afetados”. Mas e nos outros dias do ano? Quantos alunos têm aulas suspensas, atendimento precário ou são deixados em casa por falta de professores, monitores e estagiários?

O Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria (Sinprosm) realizou uma nova pesquisa, entre os dias 9 e 13 de junho, em que 65 das 86 escolas da rede responderam ao questionário. O resultado escancara o verdadeiro impacto do descaso com a educação pública no município:

– Faltam pelo menos 34 professores regentes, ou seja, professores em sala de aula, o que gera improvisos, turmas agrupadas, rodízio de conteúdos e interrupções constantes no processo de ensino e aprendizagem.

– Faltam 108 professores hora-atividade: Impacta os outros professores da rede que não tem um terço da hora-atividade. Não há pessoal suficiente para cobrir os momentos em que os docentes deveriam planejar suas aulas.

– 185 estagiários fazem falta nas escolas, prejudicando o acompanhamento de turmas de Educação Infantil inteiras e gerando sobrecarga nos profissionais efetivos.

– 194 crianças estão desassistidas por falta de monitores, o que afeta principalmente os es-

tudantes com deficiência. Em muitos casos, a ausência do monitor significa que a criança sequer pode frequentar a escola.

Estes números revelam que a Rede Municipal já está em crise, mesmo nos dias “normais” de aula.

PROFESSORES CEDIDOS

Outro fator que impacta diretamente a situação das escolas municipais é a cedência de professores a instituições conveniadas. Embora algumas dessas entidades exerçam papéis sociais relevantes, o repasse de profissionais da rede, sem reposição, agrava ainda mais o déficit nas escolas públicas.

Veja:

- Instituto São José: 29 professores cedidos
- Lar de Joaquina: 7 professores cedidos
- Escola Antônio Francisco Lisboa: 3 professores cedidos
- Associação de Cegos e Deficientes Visuais de Santa Maria: 1 professor cedido
- APAE: nenhum professor cedido

A soma parcial aponta pelo menos 40 professores da rede atuando fora das escolas municipais, enquanto faltam pelo menos 34 em sala de aula. Isso sem considerar a demanda por re-

forço pedagógico, atendimento especializado, e a própria expansão da rede nos últimos anos, que não foi acompanhada de aumento proporcional no quadro de servidores.

DE QUEM É A RESPONSABILIDADE?

As mobilizações dos professores, como a paralisação do dia 13 de junho e o indicativo de greve aprovado para 4 de agosto, são uma reação à sobrecarga de trabalho e ao não pagamento do reajuste salarial previsto em lei.

É hora de inverter a lógica da pergunta: os alunos estão sendo prejudicados pelas paralisações? Ou as paralisações são uma tentativa de impedir que a situação continue prejudicando nossos alunos todos os dias?

A Rede Municipal de Ensino não precisa apenas de professores em sala de aula. Ela precisa de estrutura, equipe completa, valorização profissional e gestão responsável. Quem não garante isso, está todos os dias tirando oportunidades de milhares de crianças e adolescentes de Santa Maria.

A categoria segue em estado de greve e alerta: se até 4 de agosto a Prefeitura não abrir negociação sobre o reajuste salarial e não apresentar medidas para resolver o déficit nas escolas, o segundo semestre pode não começar como previsto.

CARTÃO VERMELHO

MOBILIZAÇÃO HISTÓRICA E INDICATIVO DE GREVE

Plenárias regionais acontecem nos dias 2, 9 e 14 de julho. Assembleia geral será no dia 24 de julho no Clube Comercial



Estado de Greve foi proposto pelos próprios professores e aprovado com a grande maioria dos votos dos presentes

O dia 13 de junho ficará marcado como um dos momentos mais expressivos da mobilização recente dos professores da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria. Convocados pelo Sinprosm, cerca de 500 pessoas – entre docentes, apoiadores, lideranças sindicais e políticas – tomaram as ruas da cidade para cobrar respeito, valorização e diálogo com o Executivo municipal. A paralisação, aprovada em assembleia geral, teve adesão de 82 das 86 escolas da rede, revelando a força da categoria diante do descaso com a educação pública.

O ato começou pela manhã, na Praça Saldanha Marinho, com cartazes, faixas e palavras de ordem. Professores e professoras denunciaram o atraso de mais de seis meses no pagamento do reajuste salarial conforme o Piso Nacional do Magistério, a falta de professores, monitores e estagiários nas escolas e os riscos da Reforma da Previdência municipal. O grupo seguiu em caminhada até a Prefeitura, onde foi realiza-

da uma grande assembleia pública.

Durante a atividade, três propostas de continuidade da mobilização foram apresentadas, e a categoria optou por aquela que mais reflete o compromisso com o diálogo e a construção coletiva: foi aprovado o indicativo de greve para o dia 4 de agosto, caso a Prefeitura não inicie negociação concreta sobre o reajuste salarial.

PLENÁRIAS REGIONAIS

Com o objetivo de aprofundar o debate nas escolas e ampliar a participação da base, o Sinprosm realizará uma série de plenárias regionais em diferentes regiões da cidade. Esses encontros são espaços fundamentais para escuta, diálogo e encaminhamento coletivo das decisões sobre os rumos da mobilização. Todos os encontros começam às 18h, conforme tabela abaixo:

Além disso, está marcada para o dia 24 de julho uma assembleia ordinária da categoria, no Clube Comercial, às 17h.

Essa será a instância de deliberação final sobre a deflagração (ou

não) da greve a partir do retorno das aulas no segundo semestre.

MOBILIZAÇÃO

A coordenadora de Formação Sindical e Comunicação do Sinprosm, professora Celma Pietczak, celebrou a força da paralisação e reforçou que o sindicato segue aberto ao diálogo. “O que aconteceu no dia 13 foi um grito coletivo de basta. Basta de salários congelados, de escolas sucateadas, de desvalorização profissional. Estamos construindo esse movimento com responsabilidade, ouvindo a base e apostando

na participação democrática. Mas o tempo está passando, e o Executivo precisa se mexer. A categoria já mostrou que está pronta para seguir lutando.”

O Sinprosm convida todos os professores e professoras a participarem ativamente das plenárias, pois são nelas que se fortalece a unidade e a decisão conjunta. A defesa da educação pública, da valorização profissional e da aposentadoria digna depende da participação de cada um. Como temos repetido: só a luta coletiva pode defender nossos direitos, nossos salários e o nosso futuro.

CALENDÁRIO DAS PLENÁRIAS (sempre às 18h):

Dia 2 de julho – quarta-feira

- Região Leste: Salão da Igreja do Amaral (RS 509, Camobi)

- Região Oeste: Auditório do CREM (Rua Maranhão, 13 – Bairro Boi Morto)

Dia 9 de julho – quarta-feira

- Região Norte: Escola Pão dos

Pobres (AV. Borges de Medeiros, 639 – Passo D’areia)

- Região Sul: Escola CAIC Luizinho de Grandi (Rua Olga Parciannelo Lorenzi, 262 – Bairro Lorenzi)

Dia 14 de julho – segunda-feira

- Região Central: Sede do Sinprosm (Rua André Marques, 418 – Centro)

RESISTÊNCIA

9º SEMINÁRIO EDUCAÇÃO EM FOCO PROPÕE REFLEXÃO SOBRE SAÚDE, MEMÓRIA E DIREITOS

tema

EDUCAR É RESISTIR:

saúde, memória e direitos em debate

agosto a novembro
100% on-line | 20h |

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA
Sinprosm
A FORÇA DOS EDUCADORES

Angie Catiúscia Costa Miron
* **Natureza da relação de trabalho com o Estado**

Luciano Fazio e IPASSP
* **Previdência**

Neusa Bechorner e Femergs
* **Saúde do Trabalhador - Lei**

Martha Najjar e CNTE (Heleno)
* **Valorização profissional: Carreira e Piso**

Diorge Konrad
* **Ditadura Militar**

* **Dimensões de violência nas escolas**

* **Saúde mental dos professores**



Com o tema “Educar é resistir: saúde, memória e direitos em debate”, o 9º Seminário Educação em Foco promete reunir professoras e professores da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria em uma jornada formativa que atravessa os principais desafios enfrentados por quem educa em tempos de ataques à escola pública.

Realizado pelo Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria (Sinprosm), o seminário ocorrerá entre os meses de agosto e novembro, em formato 100% online, com carga horária de 20 horas.

A proposta deste ano é ampliar o olhar sobre os múltiplos eixos que atravessam a realidade docente — das condições de saúde ao direito à aposentadoria, passando por temas como a memória histórica, as políticas educacionais, as violências no ambiente escolar e a valorização da carreira do magistério.

A abertura oficial ocorre no dia 12 de agosto, com a professora e pesquisadora Angie Catiúscia Costa Miron, que abordará a natureza da relação de trabalho entre os servidores e o Estado, sob uma perspectiva crítica e voltada ao campo da educação. A programação segue ao longo dos meses com encontros quinzenais, sempre às 19h, proporcionando espaço para escuta, análise e diálogo com especialistas renomados.

No dia 28 de agosto, o tema da Previdência será tratado por Luciano Fazio, especialista em regimes próprios e consultor do Sinprosm. A discussão busca aprofundar a compreensão da categoria sobre os desafios e as possíveis ameaças aos direitos previdenciários em nível municipal e nacional.

SAÚDE E VALORIZAÇÃO

A pauta da saúde do trabalhador, especialmente no contexto

do adoecimento docente, será o foco do encontro de 10 de setembro, com a participação da professora Neuza Bechorner, da Federação dos Municipários (Femergs). A mesa abordará tanto aspectos legais da saúde do trabalhador quanto a saúde mental dos professores, tema que vem ganhando urgência diante da sobrecarga enfrentada nas escolas.

Em 9 de outubro, a pauta será a valorização profissional, com ênfase na carreira e no cumprimento do Piso Nacional do Magistério. A mesa terá como convidada Martha Najjar, especialista em políticas públicas para o magistério, e contará com a participação de representantes da CNTE.

Também integram a programação debates sobre a memória da ditadura militar, com o historiador Diorge Konrad; os impactos das avaliações em larga escala, com sugestão de participação do professor Luiz Carlos de Freitas; e

as dimensões da violência nas escolas, tema que será desenvolvido com base em dados e relatos da própria rede.

O seminário encerra no dia 26 de novembro com a apresentação de trabalhos dos participantes, consolidando o espaço como um ambiente coletivo de construção e compartilhamento de saberes a partir da prática pedagógica vivida nas escolas municipais.

FERRAMENTA

Para o Sinprosm, o Educação em Foco é mais do que uma formação: é um espaço de resistência e fortalecimento coletivo. Em um momento de crise no financiamento da educação pública, de ataques à carreira docente e de ameaças aos direitos previdenciários, refletir sobre saúde, memória e direitos torna-se urgente — e fundamental para seguir educando com dignidade.

ARTIGO

PRECISAMOS FALAR SOBRE O IPASSP E A PREVIDÊNCIA

Em atenção à coluna publicada no site do Diário de Santa Maria, no último dia 8 de junho, intitulada “Déficit na Previdência de R\$ 4,2 bilhões pressiona as finanças da Prefeitura de Santa Maria”, gostaríamos de contribuir com alguns esclarecimentos que podem ajudar a aprofundar o debate e evitar interpretações imprecisas sobre um tema de grande relevância para os servidores e para toda a cidade.

Em primeiro lugar, é importante contextualizar que o projeto de lei enviado pelo Executivo à Câmara Municipal, citado na matéria, não representa uma medida emergencial para garantir o pagamento de aposentadorias. Trata-se, na verdade, de uma atualização anual obrigatória do plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), com base em estudo atuarial, como previsto na legislação. A alteração aprovada permite que o IPASSP — e não a Prefeitura — utilize parte dos recursos recebidos para cobrir a folha de pagamento dos aposentados.

Vale destacar que os recursos em questão se referem à amortização do passivo atuarial do Instituto, que pode ser repassado pela Prefeitura em duas modalidades: como alíquota (de forma contínua e disponível para uso imediato) ou como aporte (recurso que deve ser investido e mantido por, no mínimo, cinco anos). Desde 2023, esses repasses estavam sendo feitos exclusivamente como aportes. A nova lei prevê uma divisão de 50% para cada forma, o que flexibiliza temporariamente o uso dos recursos, em função das dificuldades enfrentadas.

Quanto ao valor mencionado de R\$ 4,2 bilhões, é fundamental esclarecer que se trata de um déficit atuarial — uma estimativa de longo prazo, que projeta a capacidade futura do sistema de arcar com todos os benefícios previdenciários devidos aos segurados, com base em uma série de fatores, como expectativa de vida, volume de contribuições e retorno de investimentos. Não se trata, portanto, de uma dívida imediata ou de um “rombo financeiro” a ser resolvido com urgência.

Por fim, o desequilíbrio entre o número de servidores ativos e aposentados — citado como uma das razões do problema — está diretamente relacionado à crescente adoção de contratos temporários pelo Executivo. Como esses trabalhadores contribuem para o INSS, e não para o IPASSP, deixam de fortalecer o equilíbrio financeiro do Instituto. Isso ajuda a entender por que a proporção atual (1,6 ativos para cada aposentado) é considerada preocupante.

Reforçamos que o tema da Previdência Municipal é, de fato, complexo e merece ser debatido com responsabilidade, profundidade e cuidado com os dados. A comunicação clara e precisa é fundamental para garantir que a sociedade compreenda o funcionamento do sistema e participe de forma qualificada das discussões.

Nos colocamos à disposição para contribuir com esse diálogo.

Texto: Celma Pietczak, professora da Rede Municipal e coordenadora de Comunicação e Formação Sindical do Sinprosm

POESIA



Onde está?

Onde se esconde
a responsabilidade do poder
público
quando falamos de educação de
verdade?

Falam bonito...
Discursam sobre compromisso,
Fazem jogo de palavras
de quem nunca precisou conter
uma crise,
acalmar uma criança,
ou explicar o inexplicável
a uma família que tem seus
direitos
a uma rede que finge não enxergar.

Falam de inclusão...
de qualidade...
de compromisso com a escola
pública
Mas quem segura isso nas mãos?
Somos nós.

Somos nós que acolhemos,
planejamos, cuidamos, mediamos,
enquanto tentamos não nos
consumir
no cansaço, nas lágrimas, nas
angústias,
nos gritos que ninguém escuta.

E não, não é suficiente.

Tá tudo errado.

Onde está o poder público
quando ano após ano
gritamos por respeito,
por hora-atividade de verdade,
por condições dignas,
por formação continuada que faça
sentido,
por monitores,
por uma rede que nos sustente,
não que nos sufoque?

O que recebemos?
Silêncio.
Negligência.
Descaso.

E agora...
a casa pegou fogo.

O professor tenta ensinar no meio
das cinzas,
juntando os pedaços do que
sobrou,
tentando ser ponte
num abismo que não foi ele quem
cavou.

Mas já não dá mais.
Não dá.

Não dá mais pra apagar incêndio
com o próprio corpo,
com o próprio cansaço,
com as próprias horas
aquelas horas que nos roubam,
porque nem garantem
o direito básico à hora-atividade.

Estamos sem ferramentas.
Sem tempo.
Sem apoio.
Sem monitores.
Sem formação de qualidade
Sem políticas sérias.
Sem reconhecimento.

E ainda assim...
apontam o dedo.
Culpam o professor.

Mas que fique registrado:
não somos culpados pela falência
de um sistema
que insiste em ser tendencioso e
insensível diante da realidade que
finge não ver
Afim não mas seremos o alicerce
que sustenta o discurso bonito
mas cheio de palavras vazias.
Se nada mudar...
não será só umas casas.
Será toda a educação,
pegando fogo.

**Texto: Danielle Fontoura,
professora da Rede Municipal**

APOSENTADORIA

SINDICATO REALIZOU CICLO FORMATIVO SOBRE PREVIDÊNCIA

Encontros de estudo culminaram em plenária para debater e aprofundar argumentos sobre o tema



Último encontro do Ciclo Formativo, realizado na EMAI, teve a participação da presidenta da FEMERGS Clarice Inês Mainardi por vídeo

Durante o mês de junho, o Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria (Sinprosm) realizou o Ciclo Formativo sobre Previdência, uma série de encontros voltados ao aprofundamento do debate sobre os direitos previdenciários dos servidores do município. A atividade foi pensada como resposta à crescente preocupação da categoria com a possibilidade de uma nova reforma do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) municipal, sinalizada pela Prefeitura ainda no primeiro semestre.

Com três encontros realizados na sede do sindicato e uma plenária final aberta Escola Municipal de Aprendizagem Industrial (EMAI), o ciclo teve como foco principal a formação política e técnica dos professores em torno de um tema complexo, mas fundamental para o futuro de todos. Cada encontro foi construído de forma didática e participativa, com exposições de especialistas, leitura de documentos e troca de experiências entre os profissionais da rede.

O objetivo foi garantir que toda a categoria compreenda os impactos das mudanças previdenciárias propostas pelo Executivo, que ainda não apresentou publicamente qualquer projeto, mas já articula nos bastidores alterações significativas. “A previdência não é um tema distante, é parte do nosso trabalho. Precisamos estar preparados para defender o que nos

pertence, e isso só se faz com estudo e mobilização”, resume a coordenadora de Formação Sindical e Comunicação, professora Celma Pietczak.

Muitos professores participaram presencialmente dos encontros e a plenária final contou com representação de todas as regiões da cidade. O momento foi de consolidação das discussões e deliberação de estratégias para a sequência do movimento, que inclui o estado de greve aprovado em assembleia, o indicativo de greve para agosto e a luta contra a PEC 66, em tramitação no Congresso Nacional.

Para a coordenadora de Finanças do Sinprosm, professora Marta Hammel, o ciclo representou “um exercício prático de formação sindical e construção coletiva, que nos prepara para enfrentar com seriedade e responsabilidade os ataques que podem vir contra nossos direitos.” Segundo ela, além de capacitar os professores, o espaço serviu para reafirmar a força da categoria quando está unida e consciente.

A iniciativa do Sinprosm também reforça o papel dos sindicatos não apenas como instrumentos de mobilização, mas como espaços permanentes de formação, análise crítica e construção de conhecimento. Com o encerramento do ciclo, a luta por uma previdência justa e por valorização profissional segue firme, com mais força e mais consciência coletiva.

ESPAÇO JURÍDICO

FOGIARINI, LOVATO & SOARES ADVOCACIA

A SUBSTITUIÇÃO DO PROFESSOR E O DIREITO DE GREVE

Em assembleia recente, a categoria dos professores do Município de Santa Maria declarou estado de greve. No ensejo de tal declaração, deliberou pela suspensão da realização do SONДАР, um processo avaliativo determinado pela Secretaria de Município da Educação, SMEd, até que um diálogo entre a classe e a gestão tenha alguma evolução.

Trata-se o SONДАР de mecanismo de avaliação elaborado e fornecido por uma empresa privada, no âmbito de contrato firmado sem licitação com o Município de Santa Maria, no valor de quase R\$ 4,5 milhões, para o fornecimento de materiais didáticos para os alunos do ensino fundamental, só no ano de 2025.

Frise-se por oportuno: Não há ilegalidade em aludida contratação. De mesma forma, não é ilícito que a gestão Municipal contrate empresas externas para fornecer materiais didáticos e mecanismos de avaliação discente como o SONДАР. Por outro lado, é possível e legítimo, sim, questionar a pertinência da destinação de montante tão significativo dos recursos destinados à educação pública municipal a uma única empresa privada, ainda mais quando se constata a falta aguda de docentes e a defasagem de suas remunerações.

O que fica evidente é um paulatino processo de substituição do professor por conteúdos elaborados por empresas privadas sediadas em estados distantes, que sequer conhecem a realidade local.

Ao ponto: Se cabe à gestão municipal contratar empresas terceirizadas e estabelecer mecanismos de avaliação também elaborados por terceiros, podem os professores se valer da resistência coletiva como forma de clamor pela própria valorização.

Essa resistência pode se dar por meio da greve.

Por “greve”, entende-se toda e qualquer suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador. Trata-se de um direito previsto pelos arts. 9º e 37, VII, da Constituição Federal, bem como pela Lei n. 7.783 de 1989, popularmente conhecida como Lei de Greve.

No caso específico, a suspensão da aplicação do SONДАР se insere no conceito de direito de greve. Trata-se, não da suspensão total, mas parcial da prestação do serviço, conforme expressamente possibilitado pela legislação acima mencionada.

Essa mesma legislação proíbe o empregador, no caso a gestão municipal, de adotar meios para constranger o trabalhador, bem como capazes de frustrar a divulgação e articulação do movimento. Mais do que isso, a legislação proíbe também a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos.

Assim, qualquer procedimento disciplinar ou qualquer outra medida persecutória eventualmente realizada pelo ente municipal, tendentes a dissuadir o docente de aderir ao movimento grevista, ou de puni-lo por ter a ele aderido, serão flagrantemente ilegais e inconstitucionais, podendo, inclusive, ser interpretados como assédio moral.

E o SINPROSM, assim como sua assessoria jurídica, estarão vigilantes para que os interesses da categoria sejam elevados, bem como para que o direito dos docentes da rede pública municipal sejam efetivamente respeitados.

Giorgio Forgiarini

Advogado, OAB/RS n. 63.695

APP DO SINPROSM MODERNIZA CONEXÃO COM SINDICALIZADOS

Se você já usa o celular para ver fotos da família, mandar mensagens ou pagar uma conta, agora pode usá-lo também para se manter ainda mais conectado com o seu sindicato. O Sinprosm lançou seu aplicativo oficial, uma ferramenta simples, leve e gratuita, pensada para facilitar a comunicação com os professores da ativa e aposentados.

Assim como o controle remoto deixou mais fácil mudar de canal sem sair do sofá, o app do Sinprosm coloca todas as informações do sindicato na palma da sua mão. Notícias, informes de mobilização, convocações de assembleias, links de eventos online e até documentos como atas e notas oficiais poderão ser acessados de forma rápida, com poucos toques na tela do celular. É o sindicato ao alcance do dedo!

FACILIDADE

Muitos colegas perguntam: “Mas será que eu consigo usar isso?”. A resposta é sim! O aplicativo foi pensado para ser simples e intuitivo, como os aplicativos de banco ou de mensagens. E, se precisar, a equipe do Sinprosm estará pronta para ajudar passo a passo, seja presencialmente na sede do sindicato ou por telefone.

“Hoje, a tecnologia pode ser uma grande aliada. O aplicativo é uma for-

ma de aproximar ainda mais a base do sindicato, facilitar o diálogo e ampliar a participação nas decisões coletivas. É uma ferramenta moderna, mas com um objetivo bem conhecido de todos nós: fortalecer a organização da categoria”, afirma Juliana Moreira, coordenadora de Patrimônio do Sinprosm.

RECADASTRAMENTO

Além disso, pelo aplicativo será realizado o cadastramento dos sindicalizados e sindicalizadas, uma ação importante para manter os dados atualizados, garantindo que todos recebam as informações certas, no momento certo.

Esse processo vai ajudar a organizar ainda melhor o atendimento, a participação em eventos, o acesso a benefícios e também o planejamento de ações e mobilizações.

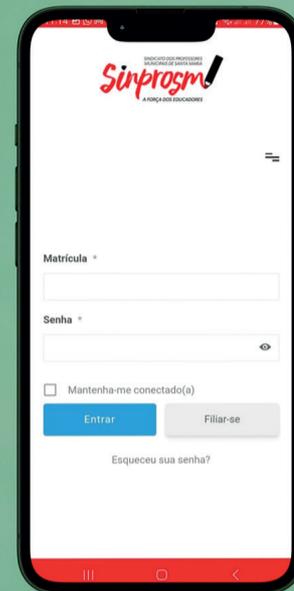
O aplicativo já está disponível na loja de aplicativos do celular. Basta digitar “Sinprosm” na busca da Play Store (Android) ou da App Store (iPhone), instalar e fazer o primeiro acesso com seu CPF.

Se organizar é preciso — e com o app do Sinprosm, é ainda mais fácil. Faça o download e participe! Afinal, estar informado é o primeiro passo para fortalecer a luta por nossos direitos.

Aplicativo
Sinprosm



para instalar



- Acesse o QR Code a cima ou vá até o app Play Store  de seu celular;
- Busque por Sinprosm;
- Instale o aplicativo Sinprosm;
- Após a instalação, clique em “Filiar-se” e preencha os dados solicitados;
- Atente que a senha criada deve ter pelo menos 6 dígitos, com uma letra maiúscula e números;
- Após completar o cadastro, aguarde a aprovação de sua solicitação, a resposta virá por e-mail.



Primeira Classe é uma publicação bimestral do Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria

CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3025-5458



PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,
REDAÇÃO, REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:

Rodrigo Ricordi - MTB 17.101

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.700 exemplares

COORDENAÇÃO:

Organização e Patrimônio: Juliana Corrêa Moreira
Aposentados: Vera Terezinha Simon do Monte
Comunicação e Formação Sindical: Celma Pietczak
Finanças: Marta Hammel
Educação Infantil: Deise da Silva
Escolas do Campo: Silvane Baptista Oliveira